

assembleia da república

Os "cristãos" amnistiam os ministros não

Inspirados por elevados sentimentos de caridade e da fraternidade, os ministros que são cristãos de um Governo que se afirma católico propuseram uma amnistia a várias infracções e perdão a algumas penas para assinalar a visita de Sua Santidade João Paulo II ao nosso país.

Foi, ontem à tarde, aprovada por unanimidade. A amnistia abrange, entre outras, infracções às leis fiscais, quando puníveis apenas com multa até 500 contos, desde que seja cumprida a obrigação fiscal cujo incumprimento determinou a aplicação da multa; os crimes por injúria ou difamação, excepto quando constituam crimes de abuso de liberdade de imprensa, os crimes de açambarcamento e especulação desde que o valor da mercadoria não ultrapasse os 10 mil escudos, etc., etc. São também perdoados por esta amnistia, entre outras, «as penas de prisão até 9 meses correspondentes a infracções cometidas por delinquentes primários; 4 meses nas penas de prisão até 6 meses e um sexto, nunca inferior a 4 meses das restantes penas de prisão», etc., etc.

Na bancada do Governo estava o ministro da Justiça, Meqeres Pimentel. Um

social-democrata para quem a despenalização do aborto é impossível, para quem a amnistia, recentemente rejeitada na Assembleia pela AD, aos jornalistas não podia passar, um ministro para quem a amnistia a alguns presos do PRP abala os alicerces do Estado. É que os cristãos amnistiam, os ministros, não.

Antes, porém, também tinham sido aprovadas pela maioria AD as alterações propostas pelo Governo sobre atribuições e competências das autarquias locais. O ministro da Administração, Ângelo Correia, esteve ausente de um debate com esta importância. Três sessões, exactamente três sessões, durou este debate. O ministro da Administração Interna não teve um minuto, não teve mesmo um segundo para estar no Parlamento. Coube a defesa da proposta governamental ao secretário de Estado da Administração Regional e Local, Roberto Carneiro.

Resumindo: os mandatos foram alargados de três para quatro anos, diminuído o número de representantes (principalmente nas assembleias de freguesia), reduzidos em quase 1/3. Para um País de aproximadamente 7 milhões de mandatos, estavam envolvidos cerca de 70

mil cidadãos. Finalmente, segundo um deputado da oposição, com esta nova regulamentação, assiste-se a uma «presidencialite» dos órgãos locais. Aos presidentes das Juntas e das Câmaras caberá um papel reforçado de decisão.

Não resistiria Silva Marques (PSD), agora de novo na primeira fila social-democrata, a criticar o Presidente da República — aproveitando o debate sobre autarquias locais, mandatos, eleições. «O senhor general Eanes — diz Silva Marques —, ao defender aqueles pontos de vista não actuou como Presidente da República, mas como mero propagandista do Partido Nacional Independentista».

De manhã haveria declarações políticas sobre a Reforma Agrária (Rogério Brito, PCP) ou a degradação do ambiente em Sines (Luís Coimbra do PPM). Tudo se preparava, no entanto, para o início do acontecimento que tem servido, nos últimos três anos, para justificar o que se faz e o que não se faz, a «bandeira» de todos, a desculpa de uns, o «argumento» de outros. COMEÇOU O DEBATE DA REVISÃO CONSTITUCIONAL.

F. M.

